



Histórico

1909

O Decreto 7.566 [1] determina a criação, em todas as capitais dos estados, das Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas ao ensino profissional primário gratuito.

1918

Publicação do Decreto 12.893 [2], que autorizava a criação dos Patronatos Agrícolas.

1923

Princípio da organização da enfermagem como profissão.

1936

O primeiro curso de formação para auxiliares de enfermagem é aberto em Belo Horizonte (MG).

1937

As Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Liceus Industriais.

1942

Os Liceus Industriais são transformados em Escolas Industriais e Técnicas.

1955

Publicada a Lei 2.604 [3], que regulamentou o exercício profissional da enfermagem até 1989, inserindo as parteiras, os práticos e as auxiliares de enfermagem. A lei não conseguiu evitar o crescimento desordenado da atuação de práticos.

1959

Criação das Escolas Técnicas Federais.

1961

Publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) [4].

1971

A Lei 5.692 [5] determina que todo o Ensino Médio passe a ser, obrigatoriamente, uma formação profissional.

1975

Lançado o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (PPREPS).

1978

As Escolas Técnicas Federais começam a ser transformadas em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet).

1982

Lançado o Larga Escala.

1985

Fundação da EPSJV.

1986

Realizada a 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde.

A Lei 7.498 [6] estipula um prazo de dez anos para a qualificação dos atendentes de enfermagem.

1988
É promulgada a Constituição Federal que cria o Sistema Único de Saúde (SUS).

1992
Realizada a 2ª Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde.

1995
Início do Projeto Escola de Nível Médio.

1996
Criação da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS) [7]
Promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) [8].

1999
Lançado o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae).
Criação da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (ROREHS) [9].

2000
Criação da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS) [10].

2002
Promulgada a Lei 10.507 [11], que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde.

O currículo da Educação Profissional é unificado e o Ensino Médio passou a ser integrado com a formação técnica.

2003
Criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS).

2004
Publicado o Decreto 5.154 [12], que regulamenta a LDB em relação à formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

2006
1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.

Realizada a 3ª Conferência de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Publicada a Lei 11.350 [13], que regulamenta a profissão de Agente Comunitário de Saúde.

2009
Lançado o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps).

Av. Brasil - 4365 - Manginhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP 21040-360 - Tel.: (21) 3865.9797

"Este Portal é regido pela Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, que busca garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conhecimento de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz. O conteúdo deste portal pode ser utilizado para todos os fins não comerciais, respeitados e reservados os direitos morais dos autores. Equivalente à CC-NY-BC"

Página: <http://www.epsjv.fiocruz.br/educacao-profissional-em-saude/historico>

Links

- [1] http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf
- [2] <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html> [3] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2604.htm
- [4] <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> [5] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm [6] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17498.htm [7] <http://www.rets.epsjv.fiocruz.br/>
- [8] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm [9] <http://www.observarh.org.br/observarh/repertorio/index.htm> [10] <http://www.retsus.epsjv.fiocruz.br/>
- [11] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10507.htm [12] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm
- [13] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11350.htm#art21